



## PARTE D

### TRIBUNAL ADMINISTRATIVO E FISCAL DE COIMBRA

**Anúncio n.º 40/2018**

**Processo: 623/16.6BECBR**

**Ação administrativa especial de pretensão conexa  
com atos administ. [Ant NCPTA]**

Autor: Lídia Maria Rodrigues Barata Bandeira

Réu: Município de Góis

Contrainteressados: Abel Manuel Lopes Cravo (e Outros)

**N/Referência: 004815597**

Faz-se saber, que nos autos de ação administrativa especial, acima identificada, que se encontram pendentes neste tribunal, são os contrainteressados, abaixo indicados, citados, para no prazo de quinze (15) dias se constituírem como contrainteressados no processo acima indicado, nos termos do n.º 5 do artigo 81.º do Código de Processo nos Tribunais Administrativos, cujo objeto do pedido consiste:

a) a reposição da legalidade violada que se assinalou, revogando-se o ato de decisão e homologação da lista unitária de ordenação final dos candidatos com aprovação em todos os métodos de seleção após aplicação da fórmula prevista no Aviso de Abertura do procedimento concursal, o qual é ilegal por violação dos princípios da equidade, proporcionalidade, justiça, rigor, igualdade, imparcialidade, isenção e transparência constitucional, realizando-se novo exame por todos os candidatos inicialmente admitidos a este método de seleção;

b) a anulação o ato administrativo ilegal praticado pela Ré de improcedência do recurso hierárquico.

Uma vez expirado o prazo, acima referido (15 dias) os contrainteressados que como tais se tenham constituído, serão citados para contestar, no prazo de 30 dias, a ação acima referenciada.

O prazo acima indicado é contínuo, suspendendo-se, no entanto, durante as férias judiciais. Terminado em dia que os tribunais estejam encerrados, transfere-se o seu termo para o primeiro dia útil seguinte.

As férias judiciais decorrem de 22 de dezembro a 3 de janeiro, de domingo de Ramos à segunda-feira de Páscoa e de 16 de julho a 31 de agosto.

A citar:

Abel Manuel Lopes Cravo  
Afonso Gil Correia Serra  
Alexandra Marisa Fernandes Simões  
Ana Catarina Gaspar Santos Sanches  
Ana Cristina Mendes Gomes  
Ana Lúcia Nunes de Almeida Martins  
Ana Paula Simões da Fonseca  
Andreia Reitor de Sá Pereira Tavares  
Andreia Sofia Ferreira Simões  
Carla Isabel Gomes Nunes  
Carla Maria da Costa José  
Carlos Miguel Ferreira Paiva Matos  
Catarina Isabel Martins Galdes  
Clara Sofia Marques Carvalho  
Daniela Soraia Oliveira Dias  
Edgar Eduardo Gonçalves Ferreira  
Eduardo Mário Oliveira Pinto Coelho  
Elisabete Rodrigues Duarte  
Fátima Patrícia Trindade de Carvalho  
Fernando Manuel Moreira da Rita  
Filipa Alexandra Rodrigues Reis  
Gertrudes de Fátima Duarte Barata  
Graça Maria Rodrigues Pinheiro Correia  
Isabel Maria Alves Martins  
Joana Mara Silva Roque  
João Pedro Rosa Pinto  
José Carlos Marta Carvalho  
Lídia Raquel Duarte José

Liliana Sofia Duarte Henriques  
Luísa Maria Neves Simões  
Márcia Filipa das Neves Trindade  
Márcio André Filipe dos Anjos Neves  
Marcos André Barata Queirós  
Maria Aldina Almeida Cerdeira  
Maria Irene Oliveira Antunes Bandeira  
Maria Isabel dos Santos Carvalho  
Maria Isaura Vicente de Almeida  
Mariana de Oliveira Cordeiro  
Marina Andreia Fernandes Simões  
Mário Rui Gonçalves de Almeida Barata  
Marta Sofia Antunes Amaro  
Pedro Filipe Fernandes Ferreira;  
Raquel da Conceição Branco de Oliveira  
Rita Alexandra Filipe Carvalho  
Rosa Isabel Gomes Lourenço Piedade  
Sandra Isabel Caetano Oliveira  
Sandra Maria de Mesquita Amaral de Carvalho  
Sílvia Helena Palminha Martins  
Susana Patrícia Francisco Bernardo  
Tânia Sofia Alves Barata  
Telma Ferrer Sales  
Vânia Cristina Marques Barata  
Vasco Mendes Azenha Santos Pereira  
Vera Lúcia Alves Duarte.

07-03-2018. — A Juíza de Direito, *Ana Margarida Vilaverde e Cunha*. — O Oficial de Justiça, *Carlos Santos*.

311191781

### CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA

**Despacho (extrato) n.º 2963/2018**

Por deliberação do Plenário do Conselho Superior da Magistratura de 06 de fevereiro de 2018 e por despacho favorável de Sua Excelência a Secretária de Estado dos Assuntos Europeus, foi concedida licença sem remuneração para o exercício de funções em organismo internacional, nos termos do artigo 283.º n.º 1 alínea b) da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, ao Exmo. Juiz de Direito, Dr. Bruno Gonçalo Riscado Mendes Rechenha, para o exercício do cargo de membro do serviço jurídico da Comissão Europeia a título definitivo, com efeitos a 16 de junho de 2017.

7 de março de 2018. — O Juiz Secretário do Conselho Superior da Magistratura, *Carlos Castelo Branco*.

311191481

### MINISTÉRIO PÚBLICO

Procuradoria-Geral da República

Conselho Superior do Ministério Público

**Deliberação (extrato) n.º 351/2018**

Por deliberação do Conselho Superior do Ministério Público de 6 de março de 2018, foram renovadas as comissões de serviço, por mais 3 anos, que as seguintes magistradas do Ministério Público vêm exercendo:

Licenciada **Leonor Maria da Conceição Cruz Rodrigues**, procuradora-geral-adjunta a exercer funções no Supremo Tribunal de Justiça, com efeitos a partir de 1/03/2018;

Licenciada **Joana Antónia Ribeiro Gomes Ferreira**, procuradora da República a exercer funções como Diretora do Gabinete de Documentação e de Direito Comparado, com efeitos a partir de 14/03/2018.

(Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas).

7 de março de 2018. — O Secretário da Procuradoria-Geral da República, *Carlos Adérito da Silva Teixeira*.

311187975